

Editorial

A Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense sofreu uma descontinuidade no ano de 2020. Ano triste, em que foi decretado o estado de pandemia no mundo, face à expansão da contaminação da COVID-19, deflagrando-se o que pode ser considerada a pior crise sanitária dos últimos 100 anos. Essa crise promoveu o que até então parecia impossível em um contexto social de economia global: a suspensão de atividades produtivas e da circulação de pessoas e mercadorias em todos os países.

As consequências, evidentemente, manifestaram-se em todos os setores sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais, e afetaram a manutenção de programas e projetos como o de nossa revista. Pouco a pouco, porém, começamos a retornar às atividades e nossa atenção se voltou para uma retomada da publicação da revista e para a sua reestruturação, considerando-se os novos cenários de relações sociais que se delineavam para os tempos pós-pandemia. Para este objetivo, a Fundação CEPERJ, que administra a revista, estabeleceu um termo de cooperação com a UERJ e com a EDUERJ para que houvesse a colaboração da Universidade na direção acadêmica do periódico. Uma parceria entre duas instituições de Estado, no estado do Rio de Janeiro, no território fluminense.

Nesta nova fase, a ampliação do escopo de orientação da linha editorial se apresentou como uma possibilidade concreta, já que, face à gravidade e prolongamento do quadro de crise, evidencia-se que as questões do desenvolvimento fluminense a enfrentar requerem atenção, cada vez maior, aos vínculos entre crescimento econômico, recuperação de investimentos produtivos e retomada, em novo patamar, de investimentos em sólidas políticas sociais e ambientais. Ademais, outras dimensões do desenvolvimento social são necessárias em um ambiente socialmente justo, como a das liberdades de manifestações culturais, do respeito às diferenças raciais e étnicas, da diversidade religiosa, da defesa do bem-estar para crianças e adolescentes em todo o território fluminense etc.

As políticas públicas, portanto, tornam-se também um campo privilegiado de reflexão que, esperamos, deve tomar as páginas de nossa revista. Neste sentido, neste processo de reestruturação, ampliamos o número de membros do Conselho Científico, para reforçar a presença de investigadores que privilegiam os diversos temas relacionados

ao desenvolvimento, tanto nas áreas de economia e desenvolvimento regional, quanto nas de educação, da saúde, cultura, demografia, meio ambiente, administração pública e outras.

Além disso, delineamos a ampliação do conceito de produção acadêmica, peculiar nos periódicos científicos, para sugerir que a revista também seja lugar de publicação de artigos que reflitam sobre as ações dos órgãos e instituições do Estado, estimulando e permitindo que técnicos e servidores da gestão pública no estado possam produzir artigos sobre as políticas, as estratégias e o planejamento de programas e projetos, desvelando as políticas de desenvolvimento promovidas pelo Estado, em nosso território.

Com efeito, esperamos que a revista seja mais um instrumento de disseminação de estudos científicos realizados em nossas Universidades e centros de pesquisa, com foco em um largo espectro de problemas que compõem o que poderíamos chamar de “a questão do desenvolvimento fluminense”. Particularmente, procuraremos estimular a publicação de resultados de estudos e pesquisas realizados com financiamentos da Faperj, oferecidos aos projetos selecionados por meio de editais específicos e programas continuados, que oferecem auxílio financeiro e bolsas. Igualmente, estimularemos a produção de artigos científicos que apresentem e reflitam sobre planos e projetos de desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro.

Merecerão atenção especial de nossa parte os debates sobre os grandes marcos da recuperação econômica, como os relacionados à economia do petróleo e do gás, do denominado complexo industrial da saúde, do desenvolvimento de atividades relacionadas à produção energética, do desenvolvimento dos parques tecnológicos no estado, dos setores específicos como o de tecnologia, de cinema e vídeo, do turismo, etc. No mesmo sentido, abriremos espaço para trabalhos científicos que compartilhem modelos de aprimoramento da gestão pública, e experiências de inovação na administração de nosso estado. Procuraremos dar destaque à apresentação dos projetos públicos, muitas vezes estruturados a partir de estudos realizados com ampla participação social, como o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PDUI), ou o Plano Estratégico de Logística e Carga do Rio de Janeiro (PELC-45). Este último muito importante neste período de intenso processo de renovação das concessões rodoviárias e ferroviárias no território fluminense.

Enfim, motivados por este conjunto de propósitos, a Fundação CEPERJ e a UERJ retomam agora a publicação desta importante revista, esperando que isso venha a fortalecer a livre circulação de ideias, por meio de produtos científicos, acadêmicos e

técnicos que reflitam o resultado de pesquisas, estudos, projetos e ações do Estado e da sociedade fluminense.

Esta edição, em particular, traz algumas contribuições que passamos a apresentar, e que esperamos possam ser de grande utilidade para todos os leitores da revista.

O primeiro artigo, dos professores Jorge Natal, da UFRJ, e José Luiz Vianna da Cruz, da UFF-Campos dos Goytacazes, intitulado *Ensaio sobre a economia fluminense: da crise histórico-estrutural alheada à crise manifesta*, reúne a expertise de dois analistas sobre o desenvolvimento econômico e social no estado do Rio de Janeiro, e propõem uma análise relacionada a amplos marcos temporais relacionados à identificação de fases de crescimento e de declínio que caracterizam a economia fluminense deste o século XIX. Os autores aconselham que o olhar sobre as regiões e sobre o estado como um todo busquem considerar de forma integrada os encadeamentos dos investimentos dentro da atual Divisão Territorial do Trabalho e as características do federalismo brasileiro. Ainda na fase do diagnóstico, os autores descrevem, de forma oportuna, as “possibilidades não suficientemente aproveitadas, entre os anos 1995-2013”, pela economia fluminense. E nesse percurso destacam as oportunidades mais recentes para o ERJ, vinculadas ao extenso e potente circuito econômico do petróleo, gás e energia, assim como a ações articuladas às infraestruturas de logística e condições gerais de produção, como eixos estruturantes e com capacidade de arrasto para a economia fluminense, sem deixar de lado as possibilidades de desenvolvimento de outras cadeias produtivas. Ao final, várias propostas de planejamento e de ações são sugeridas.

Em seguida temos o artigo *Crise, desenvolvimento e território: reflexões sobre o extremo oeste da região metropolitana do rio de janeiro*, dos professores Leandro Dias de Oliveira, da UFRJ, André Nascimento Germano e Miguel do Espírito Santo Pinho, da UERJ, que apresentam uma análise do desenvolvimento econômico industrial na área por eles denominada extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, formada pelos municípios de Seropédica, Paracambi, Queimados, Japeri e Itaguaí (este último incorporando as atividades no Distrito Industrial de Santa Cruz, no extremo oeste do município do Rio de Janeiro). No texto, os autores destacam um movimento de reestruturação territorial produtiva, face às perspectivas de desenvolvimento das atividades vinculadas ao Porto de Itaguaí.

Fechando este bloco de artigos relacionados ao eixo do desenvolvimento regional, o texto *Desenvolvimento regional a partir da indústria de óleo e gás: estudo bibliométrico*, dos professores Bruno Pereira, Henrique Monteiro da Hora e Romeu e

Silva Neto, todos do IFF-Campos dos Goytacazes, apresenta um estudo sobre a produção bibliográfica concernente a temas relacionados ao desenvolvimento regional em áreas produtoras de petróleo. Identificando centenas de publicações, os autores apontam os aspectos mais enfatizados e ressaltam a importância da realização de estudos sobre o desenvolvimento das áreas impactadas pela produção do petróleo.

Os dois artigos seguintes abordam políticas ambientais e apresentam estudos em municípios na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No artigo *A comunicação do plano de emergência municipal de Duque de Caxias-RJ*, dos professores Alfredo Akira Ohnuma Jr, Fernanda Santa Barbara Vissirini, Rosa Maria Formiga Johnson, todos da UERJ, com formação em engenharia ambiental, apresenta-se uma análise relevante acerca da aplicação do Plano de Emergência Municipal (PEM) do Município de Duque de Caxias, RJ, destacando os mecanismos de comunicação entre os gestores do sistema técnico e a população, demonstrando a necessidade de que seja estabelecido um maior entrosamento entre os gestores do sistema de monitoramento e a população ameaçada pelos eventos hidrológicos graves. O estudo teve por base de estudos a observação os eventos ocorridos em janeiro de 2016. O estudo aponta para a importância de se aprimorar o monitoramento dos fenômenos hidrológicos, para preservar a vida da população em situação de risco ou emergências. O segundo artigo, elaborado pelos professores Helen Gonçalves Romeiro Ferreira, José Teixeira de Seixas Filho e Silvia Conceição Reis Pereira Mello, da UNISAN, intitulado *Vegetação urbana no município do rio de janeiro: gestão e bem-estar social*, destaca um fenômeno importante para o conforto ambiental na cidade, apresentando uma revisão bibliográfica sobre o plantio de espécies ornamentais em praças e jardins e a arborização no ambiente urbano, destacando as políticas e projetos organizados, principalmente, pela Fundação Parques e Jardins, órgão vinculado à administração da cidade do Rio de Janeiro. O estudo dá destaque, em particular, ao Plano de Arborização Urbana da Cidade do Rio de Janeiro (PDAU-Rio). Sua publicação vem em um momento muito oportuno, já que a administração pública da cidade anunciou, por meio da presidência da Fundação Parque e Jardins, que o PDAU, elaborado em 2015 e consolidado no Decreto nº 42.685/2016, será retomado no decorrer do ano de 2021.

O terceiro bloco apresenta artigos que enfatizam a precariedade cada vez mais intensa das formas de contratação do trabalho na sociedade capitalistas, bem como as lutas sociais para seu enfrentamento. O texto *Terceirização na administração pública: considerações para o estudo do caso da universidade federal fluminense*, de Thais Koch e do professor Hernán Mamani debate o processo de terceirização dos servidores da

Universidade Federal Fluminense, no período que se inicia com a Reforma Gerencial proposta por Bresser Pereira, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, até o ano de 2019. O artigo seguinte denominado *O precariado da praia na cidade turística de Cabo Frio-RJ*, apresenta um debate instigante sobre um setor historicamente marginalizado na esfera do trabalho formal. Texto elaborado pelos professores Felipe Ramão e Marcos Nascimento de Melo, sobre os trabalhadores no comércio de praia, ambulantes e comerciantes fixo nas areias das praias de Cabo Frio. O artigo desvela um processo de intensa precarização vinculada tanto às relações de trabalho quanto às tensões geradas pela sazonalidade da oferta laboral. Por fim, o artigo *Dos coletivos populares de Campo Grande-RJ, ao movimento anticapitalista global*, do doutorando Edivan Fulgencio, da UERJ, analisa os Coletivos populares do bairro de Campo Grande, na cidade do Rio de Janeiro, como iniciativas locais e identitárias capazes de se estruturar como novas forma de manifestação dos movimentos sociais urbanos, que apresentam potência para integrar as diferentes redes de indignação anticapitalista, que eclodem ao redor do mundo e assim participar da construção do movimento global.

Nesta edição, inauguraremos a seção *Artigos de Revisão*, apresentando o texto *Valor complexo dos imóveis e a produção das condições gerais de produção: elementos para uma economia política da urbanização capitalista*, do professor Oseias Teixeira, do IFF-Macaé, que traz uma revisão importante do debate teórico importante sobre os aspectos relacionados a um novo mercado imobiliário na sociedade contemporânea, em que conceitos como valor, valorização e precificação, são analisados para alcançar os aspectos presentes na denominada produção das condições gerais de produção no movimento geral da urbanização e metropolização em curso no estado.

Para concluir esta breve apresentação, queremos dizer que este conjunto de trabalhos acadêmicos nos permite mostrar estudos sobre elaborados nas universidades e centros de pesquisas do estado que, esperamos, possam trazer conhecimentos e informações sobre o desenvolvimento fluminense. Boa leitura a todos e a todas.

Os editores.